



AVALIAÇÃO, CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A PROVA SAEB NAS ESCOLAS PÚBLICAS ALAGOANAS

SILVA, Lyzandra Santos¹
LIMA, Maria Doris Araújo de²

Grupo de Trabalho (GT): Políticas Públicas e Gestão da Educação

RESUMO

Objetivamos analisar de forma crítica as relações estabelecidas entre o currículo, a avaliação e a prática pedagógica na escola pública, especificamente, nas redes estadual e municipal de Maceió-AL, com foco nos impactos das avaliações externas em larga escala, sobretudo, o SAEB. Fundamentada na compreensão de que a avaliação é parte essencial da prática pedagógica, influenciada por concepções educativas e projetos ideológicos. Contribuíram para refletir na construção da análise, Saviani (2008); Libâneo (2013); Freire (2018); Saul (1988) e Bauer (2020). É uma investigação de cunho qualitativo e está amparada em Lima e Mioto (2007). Utilizamos o questionário como instrumento de coleta de dados, conforme orientações de Gil (2011). Esse instrumento foi aplicado a oito professores das redes públicas. As conclusões revelam que é necessário ressignificar o uso dessas avaliações, promovendo uma cultura avaliativa mais democrática, alinhada à construção de uma educação pública crítica, inclusiva e transformadora.

Palavras-chave: Avaliação. Currículo. Prática pedagógica. Educação Pública. Saeb.

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem, frequentemente tratada como instrumento técnico de medição, é, na verdade, um elemento estruturante da prática pedagógica, intimamente ligado ao currículo e às finalidades educativas. No contexto escolar, avaliação, currículo e prática pedagógica formam um tripé indissociável, cuja articulação revela as visões pedagógicas que sustentam a educação em um determinado tempo e espaço.

A história da educação brasileira é marcada por disputas entre concepções reproduutoras e emancipadoras de ensino, a exemplo, a recente aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse campo de tensões, a avaliação assume sentidos distintos e revela os compromissos ideológicos dos projetos educacionais vigentes, que por hora coadunam com práticas que enxergam a educação por meio de índices.

¹ Seduc/AL. lyzandrass05@gmail.com

² Seduc/AL. dorisdelima22@gmail.com





Com a intensificação das políticas de responsabilização, principalmente, a partir da década de 1990, o que ficou conhecido como Nova Gestão Pública, as avaliações externas em larga escala, como o SAEB e o IDEB, passaram a exercer forte influência sobre o currículo e a prática pedagógica nas escolas públicas, muitas vezes subordinando o trabalho docente à lógica da mensuração e da performance.

A presente pesquisa busca analisar de forma crítica as relações que se estabelecem entre o currículo, a avaliação e a prática pedagógica nas escolas públicas alagoanas, nas redes estadual e municipal, sob a luz das avaliações externas.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato das avaliações externas serem aplicadas de forma bianual, a ser aplicado em 2025, nas redes públicas municipais e estaduais de instituições alagoanas, bem como pelo impacto que causam aos processos de ensino e aprendizagem de professores e estudantes, implicando em mudanças na (re)organização curricular, na prática pedagógica dos discentes e nos saberes propostos aos estudantes. Portanto, é de suma relevância conhecê-las, discuti-las e analisá-las.

OBJETIVOS

Objetivamos analisar de forma crítica as relações estabelecidas entre o currículo, a avaliação e a prática pedagógica nas escolas públicas alagoanas, nas redes estadual e municipal, sob a luz das avaliações externas. Para alcançarmos esse objetivo central, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica sobre tais processos avaliativos e educacionais, aplicar um questionário aos professores que atuam em escolas nas quais há o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, por fim, discutir quais são os impactos das avaliações externas na autonomia desses docentes e em suas práticas pedagógicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre avaliação, currículo e prática pedagógica não é neutra. Segundo Saviani (2008), cada tendência pedagógica estabelece uma forma de compreender os processos de ensino e aprendizagem, influenciando diretamente tanto o currículo quanto os métodos avaliativos. Na pedagogia tradicional, por exemplo, o currículo é organizado a





partir de conteúdos fragmentados, e a avaliação assume função classificatória, com foco na memorização e na seleção dos "melhores".

Essa abordagem, marcada pela lógica meritocrática, ainda predomina nas escolas brasileiras, onde a prova escrita é frequentemente o principal instrumento de avaliação. Moura Filho (2023) e Lopes (2019) apontam que esse modelo ignora as singularidades dos estudantes, seus contextos e ritmos de aprendizagem, promovendo exclusão e reforçando desigualdades.

Libâneo (2013) critica esse modelo por sua vinculação à pedagogia do ensino transmissivo, em que o professor é o centro do processo e o aluno é passivo. Paulo Freire (2018) chama esse modelo de "educação bancária", denunciando sua incapacidade de promover reflexão crítica e autonomia. Ao priorizar a memorização e um processo mais mecânico.

Em contraponto, as pedagogias progressistas — especialmente a pedagogia histórico-crítica — defendem um currículo articulado à realidade social dos estudantes, e uma avaliação com função diagnóstica e formativa. Nessa perspectiva, como afirma Saul (1988), a avaliação deve servir à transformação e à emancipação, permitindo ao professor e ao aluno refletirem sobre o processo educativo em constante reconstrução.

Contudo, a implementação das avaliações externas em larga escala, como o SAEB e o ENEM, trouxe desafios significativos. Bauer (2020) observa que essas avaliações, ao priorizarem competências específicas e mensuráveis, têm moldado o currículo escolar, reduzindo-o ao que é passível de avaliação estatística. A prática pedagógica torna-se cada vez mais instrumentalizada, voltada à preparação para provas e à obtenção de metas numéricas, deixando em segundo plano a formação plena do sujeito.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

No percurso metodológico desta pesquisa qualitativa, seguimos a trilha dos estudos de Lima e Mioto (2007), para a revisão bibliográfica acerca do tema em questão. Para atingirmos o objetivo desta pesquisa, utilizamos como instrumento para coleta de dados, o questionário, que conforme Gil (2011) é um instrumento muito utilizado na pesquisa teórico-empírica.

Das vantagens na utilização desse recurso de pesquisa, está o anonimato dos respondentes, pois permite alcançar um maior número de pessoas e fornece uma





demonstração que conduz a credibilidade na pesquisa. E entre os limites do instrumento, não permite o esclarecimento sobre uma pergunta ou dúvida do participante e não dá oportunidades de aprofundar as respostas. Dessa forma, um caminho para tais limites/lacunas, seria futuras pesquisas que aprofundem e diversifiquem o debate, a exemplo, a visão dos estudantes sobre o Saeb e suas implicações.

A investigação foi fundamentada em autores como Saviani (2008), Libâneo (2013), Freire (2018), Bauer (2020), que fazem uma leitura crítica da educação e dos processos que tiram dela seu caráter transformador. A análise dessas obras possibilitou compreender como a avaliação, ao assumir uma lógica sistemática, impacta diretamente a organização curricular e esvazia o sentido formativo da prática pedagógica e do próprio processo avaliativo, já que esse é tão importante no processo educativo, mas quando no sentido de transformação da prática pedagógica para melhor aprendizagem não de mensuração do professor, da escola e/ou do estudante, que é um dos mais vulneráveis ao fim das avaliações, que o classificam e rotulam nos *rankings* afora.

Complementarmente, foi elaborado um questionário *online* como instrumento de coleta de dados empíricos, contendo, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido(TCLE), e que foi encaminhado aos professores das redes públicas municipais e estaduais de Alagoas, a partir da plataforma WhatsApp, e obtivemos oito respostas. Tais docentes atuam em diferentes disciplinas e se localizam dentro do estado de Alagoas. O questionário incluiu nove perguntas abertas, sobre aspectos, tais como: formação, rede que atuam, áreas do conhecimento, tempo de atuação versus formação, os descriptores do Saeb e sua relação com a aprendizagem e o contexto dos estudantes e os impactos percebidos da avaliação do Saeb na comunidade escolar.

RESULTADOS

Abordaremos sobre os dados obtidos do questionário aplicado a oito professores da rede pública de Alagoas (sete da rede estadual e um da rede municipal), oriundos de diferentes áreas e licenciaturas, quais sejam: dois licenciados em Geografia, três em Matemática, e representantes dos cursos de Letras, Química e História, um professor de cada área. As falas desses profissionais revelam percepções críticas quanto à relação entre currículo, avaliação e prática pedagógica.





Das nove perguntas realizadas aos discentes, analisaremos apenas os resultados das duas perguntas especificadas abaixo. Escolhemos estas perguntas por propiciarem uma reflexão mais contundente e reflexiva acerca do Sistema de Avaliação Saeb.

“Como é solicitado o trabalho com os descritores do Saeb em sala de aula?”

O conjunto de respostas dos professores revelam certa diversidade na percepção de práticas em relação ao trabalho com os descritores no Saeb na sala de aula, refletindo os esforços de adequação às exigências da avaliação externa quanto aos desafios estruturais, que vão desde a estrutura física até a estrutura institucional.

Embora os discentes demonstrem esforços para o trabalho com os descritores, o trabalho acontece “de forma impositiva e negligenciada porque não temos formação adequada para isso, muito menos os estudantes” (fala de professor). Outro educador menciona a utilização de atividades direcionadas, simulados, leitura e interpretação de textos, gráficos e mapas, bem como o uso de materiais específicos como o livro Aprova Brasil. Essas estratégias indicam uma tentativa de alinhar os conteúdos trabalhados com os descritores cobrados na avaliação, o que reflete a aproximação com demandas distintas do currículo escolar ou da necessidade real dos estudantes.

A crítica à falta de coerência na formação docente e à ausência de engajamento dos estudantes sinalizam uma fragilidade importante: a avaliação externa, como o Saeb, embora relevante para nortear políticas educacionais e verificar a qualidade do ensino, nem sempre é compreendida como parte de um processo formativo. É certo que os indicadores são importantes para avaliação do ensino, no entanto, que este indicador seja levado em consideração dentro dos seus limites, já que ele é uma amostra do contexto geral educacional, e não toda sua representação.

“Você consegue perceber quais os impactos (positivos e/ou negativos) do Saeb na sua comunidade escolar?”

A análise das respostas a essa questão sobre os impactos do Saeb na comunidade escolar, revela, de forma predominante, uma percepção negativa em relação à influência da avaliação externa no cotidiano das escolas. Os relatos evidenciam que, embora o Saeb tenha como objetivo mapear a qualidade do ensino e contribuir com dados para formulação de políticas públicas, na prática ele tem gerado efeitos colaterais





como a sobrecarga dos professores, pressão psicológica, foco excessivo em metas numéricas e desvalorização dos processos de ensino e aprendizagem. Muitos docentes sentem que a avaliação desconsidera as reais condições de trabalho e aprendizagem, responsabilizando-os, junto com os alunos, por resultados que dependem de fatores muito mais amplos, como infraestrutura, formação continuada, engajamento da comunidade e contexto socioeconômico.

Além disso, há um destaque recorrente à desmotivação dos alunos frente à prova, à baixa valorização do Saeb por parte dos estudantes e até à existência de práticas como “maquiagem” de resultados e aprovação automática. Fato este que é uma preocupação das redes em todos os Estados, visto que o sindicato do estado do Paraná, em publicação em seu site, já havia alertado para possíveis interferências nos resultados, pois é a partir desses números/indicadores que as escolas são premiadas ou recebem reconhecimento de forma financeira. Prática que vem preocupando os educadores, pois também contribui para competição entre as escolas.

Em vez de fomentar reflexões pedagógicas profundas, o Saeb tem sido visto, em alguns contextos, como uma fonte de ansiedade e cobrança desproporcional. Para que essa avaliação cumpra seu papel formativo e orientador, é fundamental ressignificar seu uso nas escolas, promovendo diálogo transparente entre gestores, professores e comunidade, além de investir na valorização do trabalho docente e na construção de uma cultura avaliativa mais humanizada e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre currículo, avaliação e prática pedagógica precisa ser compreendida como eixo central da construção de uma escola democrática, crítica e transformadora. No entanto, o cenário educacional brasileiro e alagoano tem caminhado no sentido oposto, pautando-se por uma lógica avaliativa externalizada, técnica e padronizada, que compromete a função social da escola e a autonomia do professor.

As avaliações externas, como o SAEB e o IDEB, ao se tornarem mecanismos de regulação, passaram a moldar o currículo e condicionar a prática pedagógica a parâmetros alheios ao cotidiano escolar.





Esse processo reducionista presa à obtenção de metas e resultados, negligenciando aspectos essenciais como a formação humana, a reflexão crítica e a diversidade dos sujeitos da aprendizagem, além de fortalecer a ideia de competição entre escolas, já que os resultados garantem ou não a vinda de recursos para a comunidade escolar que precisa estar em determinado ranking das avaliações externas.

REFERÊNCIAS

APPSINDICATO(Paraná). **Razões para dizer não a venda da escola pública.** Paraná. APPSINDICATO, 2022. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/10-razoes-para-dizer-nao-a-venda-da-escola-publica/> Acesso em: 23 de agosto de 2025.

BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? Recolocando e redirecionando o debate. **Educação em Revista.** v. 36, 2020.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Avaliação do rendimento escolar.** 2 ed. Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 65 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LOPES, Silmara Aparecida. Avaliação tradicional e avaliação dialética e inclusiva: contraposições. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 6, n. 14, p. 124-146, 2019.

MOURA FILHO, Raimundo Carvalho. A avaliação tradicional. Uma escola tradicional? **Revista Acadêmica Online** , [S. l.], v. 9, n. 47, p. e1110, 2023.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo.** 2ed. São Paulo, Cortez, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007

